



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
BACHARELADO EM AGROECOLOGIA

Raissa Andrade Lemos

Perspectivas sobre Saúde e Agroecologia:
As plantas medicinais como construtoras de autonomia

João Pessoa - PB

2026

Raissa Andrade Lemos

Perspectivas sobre Saúde e Agroecologia:

As plantas medicinais como construtoras de autonomia

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Memorial submetido ao curso de Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Agroecologia.

Orientadora: Profa. Dra. Júlia Figueredo Benzaquen

João Pessoa - PB

2026

Raissa Andrade Lemos

Perspectivas sobre Saúde e Agroecologia:
As plantas medicinais como construtoras de autonomia

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharela e aprovado em sua forma final pelo Curso de Bacharelado em Agroecologia.

Recife/PE, 10 de fevereiro de 2026.

Profa. Dra. Ana Claudia de Lima Silva
Coordenação do Curso

Banca examinadora

Profa. Dra. Júlia Figueredo Benzaquen
Universidade Federal Rural de Pernambuco - Orientadora

Profa. Dra. Ana Claudia de Lima Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco - Examinadora Interna

Profa. Dra. Rebeca Oliveira Duarte
Universidade Federal Rural de Pernambuco - Examinadora Interna

Bac. Sivaldo Mendes da Silva
Associação Canábica Raízes da Parahyba - Examinador Externo

Profa. Dra. Ana Paula Neves
Universidade Federal Rural de Pernambuco - Suplente Examinadora Interna

A meu pai;
Nosso guerreiro; Articultor;
Por vezes luz, sempre transformação e movimento;
Seguirei cultivando flores contigo;
Nosso eterno professor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a muitos, todos os que abriram meus caminhos, os que me mostraram possibilidades, os que silenciosos me ensinaram tanto, mas primeiro a meus veios Paula e Marcos, e meus irmãos Yuri e Glaucy, sem eles nada disso seria possível;

Às plantas que sustentaram meu corpo e minha mente nesses últimos 4 anos, às que referencio aqui e às tantas outras;

À minha turma, aos pelejantes Micael, Sepé, Mona e João e Micaelle, que seguiram comigo e tornaram a estrada não só possível, mas divertida. Toda essa escrita vem de nossos caminhos trilhados juntos;

A todos os mestres e todas as mestras que me mostraram outros mundos e formas possíveis de viver;

A todos os territórios e todas as pessoas que me acolheram nesse caminhar: Território Xukuru do Ororubá; Quilombo Castainho; Rede SEMEAM; Território Pankará Riacho do Brígida; Capivara Sonora; Tia Rilda; INCUBACOOOP; Teia dos Povos PE; ACAFLOR; Associação Raízes; Ecofeira da Rural; Agroecovarzea; Sítio Creusa e Paulo Fulô;

À coordenação do curso por fazer essa luta ser possível dentro da universidade e à UFRPE por ser esse espaço, com vida tão pulsante;

À minha orientadora Júlia Benzaquen que com sua paciência pedagógica e sua voz macia acalentou meus pensamentos e guiou meus processos;

A todo corpo docente do BACEP, que mudaram a minha forma de existir no mundo dia a dia;

Ao MCP, MST, por serem sala de aula sempre, e por fortalecerem minha jornada enquanto educadora popular;

À Nathalia Aragão, minha fisioterapeuta, quem sustentou minha coluna no meu pior, cuidadora da minha saúde.

A terra para nós não é uma mercadoria, da mesma forma que não são mercadorias os seres humanos, nem as lembranças, nem as saudações que damos e recebemos dos nossos mortos. A terra não nos pertence, nós pertencemos a ela. Recebemos o trabalho de sermos seus guardiões, de cuidá-la, de protegê-la, assim como ela nos tem cuidado e protegido nestes 515 anos de dor e resistência.

Nós somos guerreiros. Não para vencer e subjugar o diferente, o que outro lugar habita, o que outro modo tem . Somos guerreiros para defender a terra, nossa mãe, nossa vida. Para nós, esta é a batalha final. Se a terra morre, nós morremos. Não há amanhã sem a terra. Quem quer destruir a terra é todo um sistema. Esse é o inimigo a vencer. "Capitalismo" se chama o inimigo.

(Subcomandante Insurgente Marcos, 2007. [Livre tradução da autora])

RESUMO

Neste memorial apresento e reflito sobre minha trajetória acadêmica e pessoal no Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular da UFRPE, com o objetivo de analisar as interseções entre a saúde e a prática agroecológica. Utilizo como método a narrativa reflexiva e autobiográfica, estruturando o texto em capítulos guiados por elementos botânicos que simbolizam as etapas da minha formação e as bases da minha identidade. Inicio situando meu processo de chegada à área e as raízes territoriais que sustentam meu caminhar. Em seguida, discuto a dimensão política do cuidado a partir de vivências comunitárias, onde exploro a práxis entre os saberes acadêmicos e populares para promover a descolonização dos processos de cura. A discussão central foca na Maconha (*Cannabis sativa* L.), abordando-a como uma ferramenta epistemológica de resistência diante do sistema farmacológico hegemônico. Analiso a relevância das associações de pacientes e as propriedades fitorremediadoras da planta, integrando a recuperação das corpos à regeneração ambiental dos solos contaminados. Como resultado desta jornada, compreendo minha atuação profissional como parte de uma rede de saberes emancipatórios e coletivos. Concluo que a soberania nos processos de cuidado é um movimento contínuo e indissociável da defesa da vida, consolidando o papel do profissional da agroecologia como um agente de transformação social e equilíbrio integral entre o ser e o território.

Palavras-chave: Maconha; Emancipação; Educação Popular; Cuidado.

ABSTRACT

In this memorial, I present and reflect on my academic and personal journey in the Bachelor's Degree in Agroecology, Peasantry, and Popular Education, aiming to analyze the intersections between health and agroecological practice. I use a reflective and autobiographical narrative as a method, structuring the text into chapters guided by botanical elements that symbolize the stages of my training and the foundations of my identity. I begin by situating my arrival in the field and the territorial roots that sustain my path. Next, I discuss the political dimension of care based on community experiences, where I apply the praxis between academic and popular knowledge to promote the decolonization of healing processes. The central discussion focuses on Marijuana (*Cannabis sativa* L.), addressing it as an epistemological tool of resistance against the hegemonic pharmacological system. I analyze the relevance of patient associations and the plant's phytoremediative properties, integrating body recovery with the environmental regeneration of contaminated soils. As a result of this journey, I understand my professional practice as part of a network of emancipatory and collective knowledge. I conclude that sovereignty in care processes is a continuous and inseparable movement from the defense of life, consolidating the role of the agroecology professional as an agent of social transformation and integral balance between the self and the territory.

Keywords: Marijuana; Emancipation; Popular Education; Care.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Atelier	16
Figura 2 – SANGUE CURA	17
Figura 3 – Casa em Gravatá	20
Figura 4 – Barraco na Vila Traquitana	21
Figura 5 – Assembleia Xukuru	30
Figura 6 – Roda dos Povos	31
Figura 7 – Capoeira na Jornada	32
Figura 8 – Ecofeira	33
Figura 9 - Colheita na ACAFLOR	38
Figura 10 - Estágio na ACAFLOR	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAFLOR	Associação Cannábica Florescer
ABRACE	Associação Brasileira de Apoio a Cannabis
BACEP	Bacharelado de Agroecologia Campesinato e Educação Popular
BEXT	Programa institucional de Bolsa de Extensão da UFRPE
ECOFEIRA	Feira Agroecológica da Agricultura familiar e Economia Solidária
ESO	Estágio Supervisionado Obrigatório
HC	Habeas Corpus
INCUBACOOOP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
PET	Programa de Educação Tutorial
SAF	Sistema Agroflorestal
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
VRC	Vivência Realidade Campo
VU	Vivência Universidade

SUMÁRIO

1 CAPIM SANTO - CALMARIA DA MENTE, LUGAR DE MEMÓRIA.....	13
2 HIBISCO E CANELA - POTENCIALIZADORAS DE INÍCIOS.....	19
3 ERVA BALEEIRA E SUCUPIRA - DESINFLAMANDO CONSTERNAÇÕES.....	23
3.1 CAFÉ - ENERGIA, A FORÇA DA CULTURA.....	26
4 MACONHA - AUTONOMIA, CUIDADO E SAÚDE COLETIVA.....	32
4.1 ERVA DOCE - ACOLHIMENTO E REGULAÇÃO.....	36
5 JUREMA - A FORÇA DOS CAMINHOS E O SENTIDO DOS ENCONTROS.....	41
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICE A	48

1 CAPIM SANTO - CALMARIA DA MENTE, LUGAR DE MEMÓRIA

O capim-santo (*Cymbopogon citratus*) é muito utilizado na medicina popular por suas propriedades calmantes, digestivas e antiespasmódicas. Tradicionalmente, suas folhas são usadas em forma de chá para auxiliar no tratamento da ansiedade, insônia, dores de estômago, cólicas e gases, além de contribuir para o alívio de dores de cabeça e ajudar na circulação sanguínea, sendo uma planta muito presente nos quintais e nos cuidados cotidianos de saúde.

Para começar, importante me apresentar, Sou filha de artistas, melhor dizendo, brincantes das artes, que tentaram fazer dela sua forma de ganhar passagem. Minha mãe, brincante, professora de arte educação, tecelã, cozinheira, artista de coração. Meu pai, artífice múltiplo, um bom curioso, que só sossega quando desvenda o misterioso.

Eu cresci entre o chão de um ateliê no centro do Recife, e os matos espinhosos de um pedaço de chão em Gravatá, eita que vida era lá!

No atelier foi onde aprendi a forma mais inocente do olhar, e em Gravatá, onde senti a força da terra me chamar, me trepando no pé de baraúna, catando minhocas e rãs, coletando todo tipo de mato, já ouvindo sussurros de conselhos das minhas ansiões.

Me forjei entre a arte e a terra, foram elas que me levaram para esse lugar, é nelas que encontro força, e vou respondendo a esse chamar.

Hoje, trago tudo isso na bagagem, chamando de agroecologia, essa forma de “libertinagem”.

Poesia de Autoria própria

Figura 1 - Atelier

Minha mãe Paula e meu irmão Yuri no chão de nosso atelier em Recife

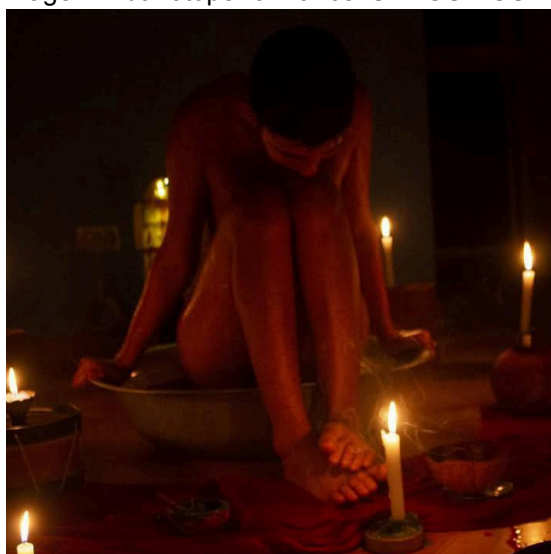


Fonte: Acervo Pessoal

Minha história na agroecologia na verdade começa no teatro. Em minha caminhada como estudante de teatro mergulhei no universo das performances, fui desafiada a criar uma fotoperformance, e essa experiência acabou se conectando, à minha busca por saúde, ela partia de desconfortos físicos que surgiam de meus ciclos uterinos. Por muito tempo meu corpo sofreu com processos menstruais dolorosos, dias de cama, cólicas que paralisavam, pressão baixa, dor nas costas... já exausta dos medicamentos alopáticos, que vinham cheios de efeitos colaterais e não se propõe a resolver a causa do males, apenas apaziguar sintomas. A insatisfação com a abordagem alopática tradicional, marcada por seus efeitos adversos, motivou uma busca pela autonomia da saúde. O caminho foi-se encontrando nas plantas medicinais. Desse processo criei minha fotoperformance “SANGUE CURA”.

Figura 2 - SANGUE CURA

Imagem 1 da fotoperformance ‘SANGUE CURA’



Fonte: Acervo Pessoal

Foi aí que comecei a cuidar do meu corpo de outra forma. O alívio veio com o chá de canela e hibisco, banhos de assento, erva-doce, orégano, maconha¹ em

¹ A opção por utilizar o termo "Maconha" ao longo deste memorial, em detrimento de "cannabis", é uma escolha deliberada e de cunho político. Historicamente, "Maconha" tem sido um termo marginalizado e associado pejorativamente ao uso recreativo e ilegal da planta, contribuindo para a criminalização e para a distinção artificial em relação à "cannabis medicinal". Ao usá-lo busco fortalecer o termo em sua plenitude, e reafirmar a conexão indissociável entre a planta, suas diversas aplicações (medicinal, recreativa, industrial) e os contextos sociais e culturais nos quais ela existe e é cultivada.

muitas formas. Essas plantas acompanharam muitos ciclos, aliviando a dor e me ajudando a ver significado nesse período, como demonstrado pela fotoperformance. E foi também a partir delas que cheguei à agroecologia, de uma conversa despretensiosa sobre todo esse meu processo, em um comentário de um amigo, conheci o termo agroecologia, que me levou a descobrir o SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa) e o Bacharelado em Agroecologia Campesinato e Educação Popular (BACEP).

Depois de idas e vindas, e muitos processos internos, passei no BACEP na turma de 2020.2, comecei a cursar na pandemia. As muitas dificuldades desse período de isolamento social e vulnerabilidades aguçadas me fizeram reprovar meu primeiro período, pude retornar assim que as aulas presenciais voltaram, com a turma que me acompanha até hoje 2021.2.

Para falar sobre o Curso é necessária certa contextualização. O BACEP está fundamentado em uma perspectiva holística e sistêmica, tendo como um de seus objetivos a superação da visão reducionista da especialização disciplinar tradicional. O curso é estruturado a partir da Agroecologia, concebida em sua tríade de "ciência, movimento e prática". A missão central da formação é formar o bacharel-educador em Agroecologia, um profissional cuja atuação se concentra na "construção/fortalecimento de sociedades ecologicamente sustentáveis, socialmente igualitárias e politicamente democráticas" (UNIVERSIDADE..., 2023. p.25). Este propósito pedagógico é intrinsecamente ligado à defesa da agricultura familiar e camponesa e mais recentemente da agricultura urbana, tendo o campesinato como orientação epistemológica e ator central na busca por soluções para a crise socioambiental contemporânea (UNIVERSIDADE..., 2023).

A metodologia do curso se inspira na Pedagogia da Alternância, baseada na Educação do Campo, que é essencial para o perfil formativo do curso, e para atingir seu público alvo. A Alternância "reconhece o tempo-escola e o tempo-comunidade como espaços formativos interdependentes", visando garantir que a reflexão teórica na academia se articule com a intervenção prática no território, entendendo a práxis como essencial para o fazer agroecológico. A estrutura do conhecimento se organiza em Eixos anuais orientadores, tendo o Etnoagroecossistema como ferramenta de análise. Este processo é operacionalizado através de um ciclo metodológico de Conhecer, Planejar, Agir, Avaliar e Sistematizar, assegurando a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e permitindo uma "intervenção

corresponsável em direção à promoção da soberania e segurança alimentar" (UNIVERSIDADE..., 2023, p. 38).

O regime de alternância organiza-se em um ciclo contínuo que intercala o "tempo-escola" com o "tempo-comunidade". O "tempo-escola", denominado "Vivência Universidade" (VU), consiste em uma semana de aulas presenciais na universidade. Por sua vez, o "tempo-comunidade", chamado Vivência Realidade-Campo (VRC), estende-se por três semanas e constitui o momento fundamental para a análise do território. É na VRC que se realiza a práxis paulofreiriana, aplicando e vivenciando os aprendizados da universidade no dia a dia. Desse modo, a ação e a reflexão sobre a realidade tornam-se indissociáveis, sendo o único caminho para a transformação (Freire, 1987). Assim, esta pedagogia sustenta o princípio de se conhecer e agir localmente para, em seguida, subsidiar a compreensão crítica e articulada do contexto macro, então vê-se:

O primeiro eixo "Conhecer o etnoagroecossistema a partir das relações entre Agroecologia, Campesinato e Educação Popular", corresponde ao primeiro ano de curso, onde será garantido um conjunto de conhecimentos que possibilitem a/ao estudante realizar uma análise crítica da realidade, percebendo seus principais desafios a partir de diferentes escalas, desde o seu sítio/casa, passando pela comunidade até problemas mundiais como o da crise ecológica, identificando as interconexões e limites entre esses diferentes níveis de análise. (UNIVERSIDADE..., 2023, p. 41)

A partir dessas perspectivas fui instigada a entender meu território, entender O QUE eu considero meu território, e investigar as relações que isso me desperta.

O território que escolhi trabalhar, é lugar de grande relação pessoal, é parte de um grande processo de retorno coletivo de minha família, que iniciou coincidentemente ou não, ao mesmo tempo que eu iniciei o curso. Gravatá, município no agreste de Pernambuco, O lugar que cresci, onde passei boa parte de minha infância. o lugar que pude correr, brincar na chuva, caçar rãs, subir em árvores espinhosas, acordar sentindo cheiro de chá de capim santo, estourar bombinhas de São João e correr de cururus.

Figura 3 - Casa em Gravatá
Minha mãe ao fundo, eu e meu irmão a frente, em nossa casa em Gravatá



Fonte: Acervo Pessoal

Desse período em Gravatá, só possuo lembranças do sítio porém por um tempo moramos na cidade, em outro momento já morávamos no nosso sítio, depois de alguns processos meus pais começaram a trabalhar apenas em Recife, íamos no sítio nos fins de semana e logo mais ficamos em Recife integralmente. Por escolhas e caminhos acabamos passando 10 anos afastados. A cidade adocece, a falta do silêncio, da proximidade com a terra, com amigos outros, foi devagarinho adoecendo minha família, a vontade de retorno nunca morreu, apenas se anuviou com o dia a dia nas labutas, com muitos entrelaços os ventos mudaram e por coincidência ou não ao passo que eu começava o curso começamos a retornar a esse lugar. Lugar que hoje chamamos de Vila Traquitana, nome que define os traços de nossa família, traquitana - armengue, gambiarra, trabalhar com engenhocas, saber dobrar o mundo, transformar as coisas, encontrar utilidade em coisas enxergadas como lixo; ver possibilidades. Essa é nossa vila traquitana.

Gravatá para mim foi mundo novo, o que vivemos lá, mais intensamente, foi dez anos atrás, e só há cerca de quatro anos começamos a repopular nosso pedaço de chão. O processo foi e tem sido cercado de emocionalidades, muitas tristezas... reencontrar esse lugar que conhecemos e amamos tanto, foi emocional em muitos sentidos, para toda a família, dez anos depois “aclimatar” todas essas mudanças ainda é parte do processo. O que eram duas ou três casas agora é uma rua com casinhas e mansões, espaços que não reconheço, alguns vizinhos difíceis de lidar,

mas dentro de todos empecilhos, idas e vindas, Gravatá - Recife, Recife - Gravatá, meus pais finalmente se firmaram lá há alguns meses, só agora conseguiram formas de morar e cuidar novamente desse espaço, com muitas traquitanas, como nosso barraquinho que hoje é casa e sombra da Jurema.

Figura 4 – Casa na Vila Traquitana



Fonte: Acervo Pessoal

Esse barraco também é prova de nosso ser traquitana, feito da estrutura de uma casa de papai noel² com remendos e ajustes. Bruta por fora, aconchegante por dentro, feita por muitas mãos, é ela que vem protegendo meus veios³ e nos dando abrigo.

² A casa de papai noel é proveniente de um dos trabalhos de meu pai como artesão, foi “sobra” de uma produção de fim de ano

³ Veios se refere a forma carinhosa e regional de chamar um mais velho; como eu gosto de chamar meus pais.

2 HIBISCO E CANELA - POTENCIALIZADORAS DE INÍCIOS

O hibisco (*Hibiscus sabdariffa*) é amplamente utilizado na medicina popular para o cuidado do corpo feminino, especialmente no auxílio durante o período menstrual. Seu chá é conhecido por ajudar na regulação do ciclo, no alívio de cólicas e na redução da retenção de líquidos, além de contribuir para a melhora da circulação sanguínea, o que ajuda o sangue a 'descer'. Também é valorizado por sua ação antioxidante e digestiva, sendo usado tanto de forma terapêutica quanto cotidiana.

A canela (*Cinnamomum verum* ou *Cinnamomum cassia*) é tradicionalmente reconhecida como uma planta energizante e estimulante do organismo. No cuidado menstrual, é utilizada para auxiliar no aquecimento do corpo, na ativação da circulação e no alívio de cólicas, sendo comum em chás e preparações populares para períodos de cansaço e baixa energia. Além disso, é associada ao equilíbrio hormonal, ao fortalecimento digestivo e ao estímulo da vitalidade física e emocional.

Se no capítulo anterior o Capim-Santo conduziu por um mergulho interior, assentando o espírito no solo das memórias e das raízes que me sustentam, este memorial agora convida ao despertar. A quietude da reflexão sobre o passado cede espaço para a energia da caminhada que se inicia. Metodologicamente, a entrada do Hibisco e da Canela simboliza esse movimento de abertura e vigor; enquanto o hibisco traz a cor e a fluidez dos novos ciclos, a canela aquece a vontade e impulsiona, essas ervas lá atrás trouxeram fluidez para meus ciclos menstruais, suavizando dores, e facilitando inícios, da mesma forma elas abrem os primeiros passos da minha trajetória acadêmica na Agroecologia, explorando como os encontros iniciais e as escolhas de percurso foram potencializados por esse desejo de mudança. Aqui, o foco deixa de ser apenas o 'de onde venho' para se tornar o 'como caminho', revelando as primeiras conexões entre os saberes tradicionais que eu já carregava e venho construindo e o universo acadêmico que comecei a entender. É o momento em que a semente, protegida pela calma do capim-santo, rompe a terra em busca de luz e expansão, dando início à construção da minha identidade como futura bacharela.

Durante a trajetória no curso, ao longo de mais de quatro anos, vivi uma formação marcada por muitos atravessamentos, aprendizados e transformações. Trata-se de um percurso formativo bastante específico e gradual, que se constrói desde o “conhecer os etnoagroecossistemas” até a “atuação e avaliação” (eixos do primeiro e oitavo período consecutivamente). Ao longo desse caminho, algumas

temáticas dialogaram de forma mais intensa com a formação que busquei construir para mim, como a educação popular, a extensão rural, o desenho e redesenho de etnoagroecossistemas, o manejo agroecológico de solos, pragas e doenças, além da permacultura.

No entanto, para além dos componentes curriculares e das práticas institucionais, esses quatro anos de vivência dentro e fora da universidade, atravessados por diferentes contextos, experiências e territórios e pessoas, foram moldando de forma mais profunda aquilo que realmente me provocou a pensar, agir e me posicionar no mundo enquanto agroecóloga e pessoa. Nesse processo, alguns temas passaram a se destacar como centrais na minha construção pessoal, política e profissional. São eles: a relação entre cultura e agroecologia, a saúde em sua dimensão ampliada e coletiva, e a construção de autonomia como princípio orientador da vida e do cuidado com a terra.

Esses temas não se apresentaram de forma isolada, mas entrelaçados. Alimentando-se mutuamente e dialogando com as experiências que vivi nos territórios, nas feiras, nas práticas comunitárias e nos espaços de troca de saberes. Assim, mais do que conteúdos aprendidos, tornaram-se fundamentos éticos e políticos da minha formação, atravessando tanto minha trajetória acadêmica quanto meu modo de existir e me relacionar com os processos agroecológicos.

Durante o período em que estive na universidade, também tive a oportunidade de transitar por diversos espaços formativos para além do currículo formal do curso. Participei do Programa de Educação Tutorial (PET) Comunidades Populares, Políticas Públicas, do Projeto de Extensão do Edital BEXT 2023 — Semear, colher, partilhar: alimentos, vida e sustentabilidade, ambos voltados ao fortalecimento do associativismo e do cooperativismo. Nessas experiências, as ações de pesquisa e extensão foram desenvolvidas a partir da INCUBACOO — Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRPE, o que possibilitou uma aproximação concreta com práticas coletivas de organização do trabalho e da produção.

No interior desses projetos, meu principal território de atuação foi a Ecofeira da Rural: Feira Agroecológica da Agricultura Familiar e Economia Solidária da UFRPE. Nesse espaço pude acompanhar de perto e participar ativamente, como atora de todo o seu processo de formação e estruturação, vivenciando os desafios e potências da construção coletiva, da comercialização solidária e da articulação entre

universidade, agricultores, artesãos e comunidade. Essa experiência ampliou minha compreensão sobre o papel da extensão universitária como ferramenta de mediação, aprendizado mútuo e transformação social. Reafirmando a agroecologia como prática viva, política e profundamente enraizada nos territórios, assim possibilitou entender mais processos de autonomia que as feiras podem construir.

A narrativa deste Memorial organiza-se como uma escrita de si, utilizando o método narrativo reflexivo e autobiográfico para tecer os fios da minha formação. Esta trajetória não se pretende linear, mas sim um processo de pesquisa-ação, onde a imersão nos territórios e a intervenção direta na realidade caminharam juntas com a produção do conhecimento. Para dar corpo a esta análise, realizei um levantamento de produções autorais produzidas ao longo do curso, revisitando relatórios, projetos e diários de campo, além de uma pesquisa bibliográfica que sustenta as discussões sobre saúde coletiva, decolonialidade, agroecologia e Maconha.

No primeiro capítulo, 'Capim-Santo: calma da mente, lugar de memórias', estabeleço o solo de onde brota minha identidade. A discussão aqui é pautada na ontologia do ser e na importância das raízes territoriais e familiares como fundantes do saber agroecológico. Utilizo a simbologia desta planta para narrar o processo de chegada à graduação, resgatando a ancestralidade e as memórias de cuidado que já habitavam em mim antes do ingresso acadêmico. É um exercício de reconhecimento do território como o primeiro espaço de aprendizado e resistência.

Em seguida, o capítulo 'Hibisco e Canela: potencializadoras de inícios' descreve o início de minha trajetória acadêmica. Teoricamente, este trecho explora a potência dos inícios e a educação como prática da liberdade, refletindo sobre como os primeiros contatos com a agroecologia no BACEP começaram a dialogar com meus saberes. A narrativa foca na energia de renovação e na vitalidade necessária para enfrentar os desafios de um novo ciclo, onde o vigor dessas plantas traduz o ímpeto de descoberta e a construção das primeiras redes de afeto e conhecimento técnico.

No terceiro capítulo, 'Erva-Baleeira e Sucupira: desinflamando consternações', faço uma discussão crítica à colonialidade e ao modelo farmacológico convencional de saúde. A discussão teórica fundamenta-se na necessidade de "desinflamar" o olhar sobre as corpos-territórios, questionando a patologização da vida e o distanciamento entre ser humano e natureza. Integro a

este debate o subcapítulo Café, onde analiso a práxis e a cultura como elos de organização popular. Através do levantamento de relatórios e vivências de minhas jornadas, discuto como o café simboliza a vitalidade dos territórios de resistência e a importância da convivência coletiva na formação da consciência política da agroecóloga, aqui trago um breve relato sobre como os territórios Xukuru, a Teia dos Povos e a Ecofeira da Rural, foram exemplos e grandes professores no meu processo.

O quarto capítulo, 'Maconha: autonomia, cuidado e saúde coletiva', constitui o eixo central da minha reflexão sobre autonomia de saúde, e caminhos para a emancipação. Aqui, as bases epistemológicas desafiam o proibicionismo e os monopólios farmacológicos, discutindo a Maconha não apenas como planta, mas como ferramenta de emancipação social. No subcapítulo Erva-Doce, materializo essa discussão através dos relatos dos meus estágios na ACAFLOR (Associação Cannábica Florescer) e na Raízes (Associação Cannábica Raízes da Parahyba). Demonstrando como as associações já constroem no dia a dia acesso à saúde e caminhos de cuidado atuando na ausência do estado.

Por fim, o capítulo 'Jurema: a força dos caminhos e o sentido dos encontros' atua como o ponto de síntese e consagração desta jornada. A discussão teórica final reflete sobre a integralidade dos processos e a relação com a terra. Como encerramento deste ciclo, utilizo a simbologia da Jurema para costurar os aprendizados colhidos, compreendendo que a minha formação não se encerra em um título, mas se expande em uma teia de compromissos com a vida, com a liberdade das corpas e com a construção de mundos onde o cuidado seja o centro da existência.

3 ERVA BALEEIRA E SUCUPIRA - DESINFLAMANDO CONSTERNAÇÕES

A erva-baleeira (*Cordia verbenacea*) é amplamente reconhecida na medicina popular por sua forte ação anti-inflamatória e analgésica. É tradicionalmente utilizada no tratamento de dores musculares, dores na coluna, inflamações nas articulações, reumatismo e contusões. Seu uso é comum em forma de chá, compressas, emplastros, pomadas e óleos, sendo muito valorizada por comunidades tradicionais e também pela fitoterapia contemporânea

A sucupira (*Pterodon emarginatus* ou *Bowdichia virgilioides*) é uma planta amplamente utilizada para o alívio de dores crônicas, especialmente aquelas relacionadas à coluna, às articulações e a processos inflamatórios persistentes. Suas sementes e cascas são empregadas em chás, garrafadas, infusões, extratos e óleos, sendo muito associadas ao tratamento de artrite, artrose, dores lombares e reumatismo. Na medicina popular, a sucupira é reconhecida por seu efeito anti-inflamatório profundo e de longo prazo, fortalecendo o corpo no enfrentamento de dores contínuas e inflamações internas.

Após revisitar, no capítulo anterior, as memórias que compõem o solo da minha trajetória trazendo a força do Hibisco e da Canela que impulsionaram meus primeiros passos na Agroecologia, este memorial avança para uma etapa de aprofundamento crítico. Se o início foi marcado pelo despertar das forças, este novo momento exige um olhar atento para as feridas abertas pela colonialidade e pelo sistema capitalista, que historicamente inflamam e adoecem nossas corpos⁴ e territórios.

Metodologicamente, escolho a Erva Baleeira e a Sucupira para guiar esta escrita, pois elas representam a medicina que desinflama e regenera. Foram ervas cruciais em meu processo pessoal, quando durante meu 4º período desenvolvi um problema de coluna que me acompanha até hoje, que restringe meus movimentos e por vezes me deixa de cama, foi em garrafadas de Sucupira e pomadas de Erva Baleeira (acompanhadas de muitas outras, como a Maconha, Quixabeira, Jurema e Copaíba) que encontrei alívio e formas de cuidado.

Assim, a intenção deste capítulo é promover uma 'desinflamação' das consternações teóricas, discutindo como as formas de saúde foram sequestradas pela lógica mercadológica e como podemos, através da Agroecologia, retomar o cuidado como um ato político de resistência. Deixamos para trás a energia da partida para mergulhar no desafio de compreender a saúde em sua dimensão

⁴ Trago a explicação do uso desse termo na página seguinte.

ampliada, preparando o terreno para as vivências que deram corpo a essa desconstrução durante a minha graduação.

A busca pelas plantas medicinais foi um dos primeiros impulsos concretos que me conduziram à agroecologia enquanto campo de prática, reflexão e pertencimento. Meu interesse não se restringia ao uso pontual das ervas, mas ao que elas simbolizam enquanto tecnologia social ancestral, profundamente ligada à autonomia dos povos, agora sobrevivendo frente às grandes corporações farmacológicas e aos novos⁵ modelos hegemônicos de saúde. Nesse percurso, fui compreendendo que pensar agroecologia exige, necessariamente, pensar saúde em sua dimensão ampliada, uma saúde que integra corpo, território, cultura e relações sociais. O cuidado com as corpas, nesse sentido, não é neutro: ele pode tanto reforçar lógicas de dependência quanto fortalecer processos de emancipação individual e coletiva. Utilizo aqui o termo "corpas" com sentido político e expandido de "corpos". Ele busca questionar as noções binárias e normativas de gênero, que historicamente marginalizaram e violentaram certos corpos. Ao usar "corpas", enfatiza-se a dimensão social, cultural e política da existência corpórea, reconhecendo a diversidade e as interconexões entre corpo, identidade e poder na luta por autonomia e emancipação

Ao longo da minha formação, tornou-se evidente que corpas adoecidas dificilmente sustentam projetos de transformação social de longo prazo. A luta agroecológica, ao se afirmar como enfrentamento ao modelo capitalista de produção da vida, está intrinsecamente ligada à qualidade de vida, à alimentação saudável, à valorização dos modos de vida tradicionais e à defesa dos territórios. Tudo isso tem na saúde sua base estruturante. A agroecologia não se limita à produção de alimentos sem veneno, mas se afirma como um projeto político de sociedade, no qual o bem viver só é possível quando as corpas, físicos, emocionais, espirituais e comunitários, encontram condições para existir com dignidade.

Ao refletir sobre os povos que historicamente sustentam a agroecologia, compreendo que são as corpas biopsicoculturais⁶ indígenas, negras, ciganas,

⁵Entendo por "novos modelos" o paradigma da lógica farmacêutica hegemônica consolidada nos últimos 526 anos. Este período, embora central na organização política atual, representa um intervalo ínfimo na cronologia da humanidade

⁶Corpa biopsicocultural refere-se à compreensão do corpo como uma unidade integrada que articula dimensões biológicas (fisiológicas e materiais), psicológicas (emocionais, subjetivas e cognitivas) e culturais (valores, saberes, práticas e relações sociais), entendendo saúde e cuidado como processos inseparáveis dessas três esferas.

camponesas, pescadoras, quilombolas e periféricas, que tecem e mantêm esse movimento vivo. É na saúde tradicional que essas corpos encontraram, desde sempre, o suporte necessário para resistir, curar e seguir existindo, muito antes da institucionalização da medicina ocidental no território hoje chamado Brasil. Antes da invasão, os sistemas de cuidado já estavam organizados em íntima relação com a terra, com os ciclos da natureza, com as espiritualidades e com as relações comunitárias, compondo um entendimento de saúde profundamente coletivo. Pensar saúde no contexto brasileiro implica, inevitavelmente, revisitar mais de cinco séculos de invasão, apagamento e catequização. O que era Pindorama foi violentamente submetido a um projeto colonial que não apenas expropriou territórios, mas também deslegitimou saberes. A medicina europeia foi uma das ferramentas centrais desse processo, uma das primeiras armas de domínio, impondo-se como única forma legítima de cuidado e relegando os saberes tradicionais à marginalidade. Durante séculos, práticas de cura coletiva, o uso de plantas medicinais, rezas e benzimentos, os partos tradicionais e as cosmologias de cura foram não apenas marginalizados, mas ativamente criminalizados, tratados como superstição, sendo soterrados sob o peso da medicina hegemônica e do preconceito colonial, especialmente quando associados a corpos negros indígenas e ciganos. Nesse sentido, a agroecologia se apresenta para mim não apenas como uma alternativa produtiva, mas como um movimento de resgate, revalidação e reconstrução de memórias corporais e territoriais, reafirmando essa conexão dos corpos biopsicoculturais. Ela recoloca no centro os saberes historicamente negados, afirmando que ciência e tradição não são opostas, mas podem dialogar de forma crítica e situada. A saúde, aqui, deixa de ser entendida como mera ausência de doença e passa a ser compreendida como potência de vida, capacidade de organização coletiva e força política. Cuidar da terra e cuidar dos corpos tornam-se práticas inseparáveis, é o motor que capacita as corporeidades bioculturais a seguir resistindo, cultivando e reafirmando a vida em toda a sua dignidade, fundamentais para a continuidade da luta agroecológica. Foi a partir dessas reflexões e vivências que passei a compreender minha própria trajetória no curso como uma estratégia consciente de construção de autonomia. Ao me aproximar das ervas, dos territórios, das feiras, das práticas comunitárias e dos espaços de formação coletiva, fui tecendo um caminho que articula agroecologia, saúde e cultura como pilares inseparáveis da minha atuação enquanto agroecóloga. Esse caminhar não nasce apenas de escolhas acadêmicas, mas de inquietações

profundas diante de um sistema que controla corpos, territórios e saberes. Assim, minha formação se constrói como um processo vivo, coletivo e em constante movimento, orientado pelo desejo de fortalecer práticas de cuidado que sustentem a vida, a luta e a esperança.

3.1 CAFÉ - ENERGIA, A FORÇA DA CULTURA

O café (*Coffea arabica* ou *Coffea canephora*) é uma planta amplamente utilizada por seu efeito estimulante e energizante, sendo parte importante do cotidiano e da cultura popular. O café é associado ao aumento da disposição física e mental, à melhora do estado de alerta e à redução da fadiga. Também é utilizado para estimular a circulação e auxiliar em casos de dor de cabeça leve, e estimula movimentos peristálticos ajudando o funcionamento do intestino quando consumido de forma moderada. Além de seus usos fisiológicos, o café carrega um forte valor cultural e social, estando presente em rituais cotidianos de convivência, trabalho e troca, especialmente em territórios rurais e urbanos do Brasil.

Se no capítulo anterior o foco esteve em desinflamar o olhar e curar as consternações teóricas sobre a saúde e as corpas, este memorial agora se volta para a substância que amalgama esses processos. A transição para o Café não representa uma mudança de direção, mas um salto na profundidade da práxis: aqui, a reflexão e a ação se provam como um corpo único. Metodologicamente, o café é evocado como o elo cultural que sustenta a convivência e o diálogo; ele é o aroma que preenche o tempo da escuta e o sabor que sela os trabalhos nos territórios.

A intenção deste capítulo é explorar a integralidade dos processos vivenciados durante a graduação, dentro e fora da universidade, onde o saber acadêmico e a vida comunitária se fundem. O café simboliza esse lugar de encontro onde a cultura se manifesta e a resistência se organiza de forma orgânica, seja em uma mesa de bar ou no trabalho compartilhado. Não buscamos aqui o vigor isolado da ação, mas a vitalidade de uma trajetória que se reconhece como parte de um tecido social e cultural maior, onde cada gole compartilhado fortalece a consciência e a identidade de quem se constrói.

Dedico esse capítulo a fazer reflexões sobre movimentos coletivos: os eventos da Agroecologia como um todo, mutirões, adjuntes, simpósios, feiras, oficinas etc. entendendo que seu acontecimento maior é transcender o

conhecimento teórico; eles são os verdadeiros nós de conexão que podem solidificar a nossa caminhada, não são um mero apanhado de informações, mas o ponto de encontro onde muitas lutas individuais e territoriais se unem. Presenciar a força e a extensão desse movimento é essencial para romper o isolamento da luta diária e enxergar quem mais está construindo.

Tive muitos momentos marcantes nesta caminhada, de mudança de perspectiva, de ver utopias realizadas. O território Xukuru foi um grande professor, durante o andamento do curso estive em três assembleias Xukuru e na casa de sementes mãe Zenilda durante uma imersão curricular, essas vivências seguem confirmando que a conexão entre os povos não é um meio, mas o próprio objetivo. Nesses espaços de profunda organização e resistência, as utopias não são projetos distantes; são realidades cotidianas tecidas pela coletividade e pelo exercício inegociável da autonomia. Assim como no território, vejo essa força na Teia dos povos, a qual tive o primeiro contato em seu primeiro encontro de formação da Teia PE, no quilombo Castainho, Garanhuns-PE.

Quando povos de diferentes origens se reúnem em uma Jornada, compartilhando alimentos, cantos e estratégias de resistência, a utopia de alguma forma já se realiza, ver uma mesa na assembleia xukuru formada pelas lideranças do povo, diversidades pulsantes, com presença de tantos outros povos que vão aquele espaço para aprender e trocar com os processos de autonomia e emancipação que aquele território já desenvolve a duras penas é a maior aula.

Figura 5 – Assembleia Xukuru



Fonte: Instagram da Ororubá Filmes - @ororuba_filmes

Foram nesses ambientes de partilha que encontrei e reencontrei amigos e mestres, as pessoas que provam que a sabedoria pulsa fora dos rótulos acadêmicos

provando que o conhecimento mais profundo está no movimento. Nesses contextos de profunda organização e resistência, a autonomia emerge como a ferramenta central para a emancipação dos povos e para a construção de alternativas concretas ao sistema capitalista. Assim como no território Xukuru, a Teia dos Povos pulsa de sinais de autonomia e construção coletiva. A Teia é um movimento popular que vem transformando a autonomia de cada território em uma rede de resistência sistêmica. Através da Teia PE tive a oportunidade de ir a VIII Jornada de Agroecologia da Bahia, realizada em Salvador entre 29 de janeiro e 2 de fevereiro de 2025, consolidou-se como um dos maiores encontros de agroecologia e articulação popular do país, reunindo milhares de participantes de diferentes estados em torno do tema “Aliança campo e cidade para o combate à fome e à pobreza”. A Jornada funcionou como um espaço de troca de saberes, debates, oficinas, feiras dos povos, tendas de cura e rodas de conversa que integraram movimentos sociais, povos indígenas, comunidades quilombolas, camponeses, pescadores, juventudes organizadas e vários outros sujeitos coletivos.

Figura 6 – Roda dos Povos

Abertura da Jornada de Agroecologia da Bahia



Fonte: Instagram da Teia dos Povos BA - @teiadospovos

A programação incluiu encontros sobre educação, saúde, território e agroecologia popular, bem como momentos culturais e rituais, demonstrando que a luta por soberania alimentar e justiça social só se fortalece quando campo e cidade

se conectam em uma estratégia compartilhada de resistência e criação de alternativas ao modelo capitalista hegemônico.

Mais do que um espaço de debate, a Jornada foi também um grande encontro dos povos, onde celebrar se firma como ato pedagógico e político. Nas cirandas, nos cantos, nos rituais, nas comidas partilhadas e nos corpos em movimento, construiu-se conhecimento vivo sobre coletividade, cuidado e resistência. A festa, nesse sentido, opera com sua própria pedagogia: ensina a viver junto, a reconhecer diferenças, a olhar nos olhos, a confiar a fortalecer pertencimentos e a transformar alegria em energia de luta. Ao dançar, comer, cantar, bater o pé junto no chão e compartilhar, as pessoas reafirmaram que a agroecologia e a soberania alimentar não se fazem apenas por meio de técnicas e estratégias, mas também pela construção de vínculos afetivos, culturais e espirituais que sustentam a luta no cotidiano.

Figura 7 – Capoeira na Jornada

Lançamento da Rede de Capoeiristas da Teia dos Povos



Fonte: Teia dos Povos BA

Ao contrário da lógica produtivista que o sistema nos impõe, retomo aqui o conceito de vadiagem proposto por Nego Bispo (2023, p.42). Para o autor, a vadiagem é um ato de liberdade e de preservação da “corpa-território” (como chamo aqui) contra o adestramento do capital. No contexto da agroecologia e dos encontros partilhando o café, 'vadiar' torna-se o tempo necessário para a escuta, para o fazer

compartilhado, para a fofoca⁷ e para a construção de uma vida que não seja resumida apenas ao trabalho alienado.

Assim a conexão entre os povos se torna um bloco político anticapitalista capaz de socializar o conhecimento e fortalecer as economias de solidariedade. Nesses encontros, a troca de experiências e a construção de alianças não são apenas um passo, mas a própria prática do mundo que se deseja. O sucesso da luta reside em demonstrar, na prática, que a coletividade baseada na autonomia e no reconhecimento mútuo é o caminho para a emancipação plena, construindo a utopia no cotidiano, fio a fio, teia a teia.

Das muitas experiências de construção coletiva que atravessaram meu percurso, a Ecofeira da Rural se destaca como uma das mais potentes e marcantes.

A consolidação de uma feira dentro da universidade era um desejo antigo da comunidade universitária, marcado por tentativas anteriores que não conseguiram se firmar. A Ecofeira surge, então, a partir de um projeto de extensão, estratégia necessária para legitimar sua existência e garantir seu espaço institucional. Ao longo de três anos, acompanhei esse processo desde a concepção inicial até a consolidação da feira como um território vivo de formação política, social e pedagógica.

Nesse período, testemunhei pessoas que chegavam como desconhecidas, agricultoras, artesãs, estudantes, técnicas, transformarem-se, pouco a pouco, em um coletivo comprometido com um fazer comum. Reunião após reunião, passo a passo, a Ecofeira foi ensinando na prática o que significa caminhar junto: aprender a dialogar sem se anular, a tensionar sem romper, a construir acordos, a cuidar das diferenças e a ocupar, lado a lado, um espaço dentro da universidade com sentido de comunidade, pertencimento e transformação.

Hoje, a Ecofeira se afirma como um espaço multifacetado: abriga diversos projetos de pesquisa e extensão, mas vai muito além disso. Ela é também um espaço cultural e afetivo de acolhimento e convivência, de conversas e de fofocas, circulação de saberes e construção de vínculos, de trocas entre diferentes sujeitos e territórios, de construção coletiva de conhecimento e de articulação política. Mais do

⁷ Ao longo do texto uso a palavra “fofoca” dissociada seu sentido pejorativo, mas como prática social de comunicação cotidiana que produz e circula informações, constrói confiança, tece alianças e articula estratégias, funcionando como um mecanismo importante de sociabilidade, cuidado e organização coletiva, enquanto força viva de comunicação.

que isso, constitui-se como um verdadeiro espaço agroecológico, uma sala de aula viva, onde o aprendizado acontece no encontro, na prática, no fazer cotidiano e na partilha. Nesse sentido, a Ecofeira não é apenas um ponto de comercialização, mas um território vivo de aprendizagem, sociabilidade e organização popular dentro da universidade.

Figuras 8 – Ecofeira



fonte: Acervo interno da Ecofeira

4 MACONHA - AUTONOMIA, CUIDADO E SAÚDE COLETIVA

A maconha (*Cannabis sativa L.*) é uma planta de uso ancestral. Na medicina é utilizada principalmente por suas propriedades analgésicas, anti-inflamatórias, relaxantes musculares e ansiolíticas. Seus usos focam em alívio de dores crônicas, dores na coluna, espasmos, inflamações, insônia e sofrimento emocional. Seus fitocanabinoides, atuam no sistema endocanabinoide do corpo humano, contribuindo para a regulação da dor, do humor, do sono e da resposta inflamatória. Além do uso terapêutico, a maconha também carrega forte dimensão cultural e política, estando ligada a práticas de autonomia comunitária, confraternização, cuidado coletivo e resistência frente à medicalização excessiva e ao controle corporativo da saúde.

Após percorrer os encontros e elos culturais que o café proporcionou, este memorial avança para a última etapa de minha jornada acadêmica, ela se finca na Maconha, compreendendo-a como uma medicina que opera na delicadeza do restabelecer o equilíbrio. Planta que me acolheu tanto na minha jornada e ainda me cuida dia a dia, facilitando cólicas menstruais que me deixavam de cama, cuidando de minha depressão, ensinando a lidar com minha ansiedade e TOC, e que junto a minha fisioterapeuta, faz com que meus problemas de coluna sejam apaziguados.

Se os capítulos anteriores trataram de desinflamar o olhar e fortalecer os vínculos, o foco agora recai sobre os sentidos do cuidado prático, que operam na restauração do equilíbrio físico e emocional, tratando a planta como um acalanto necessário às corpos exaustas. No entanto, esse cuidado não ocorre no vácuo; ele se materializa através da organização coletiva.

A intenção deste capítulo é discutir como as associações se tornam os territórios vivos onde essa medicina é viabilizada de forma segura, transformando a teoria da saúde coletiva em prática concreta de acolhimento. A análise aqui deixa de ser apenas sobre a planta individualmente e passa a observar o papel fundamental dos coletivos na construção de uma alternativa ao sistema de saúde convencional, atuando na ausência do estado. Ao integrar a biologia da planta com a organização social, exploro como a autonomia e a saúde se encontram na superação da dor, consolidando a Maconha como uma ferramenta de cuidado e dignidade para quem dela necessita.

Maconha, planta que carrega consigo múltiplas camadas de significado, uso e disputa. Muito além da substância criminalizada pelo discurso proibicionista, trata-se de uma espécie vegetal de enorme relevância histórica, medicinal, agrícola e

cultural. Ao longo do tempo, seus usos foram sistematicamente fragmentados, hierarquizados e controlados, criando uma separação artificial entre o que se convencionou chamar de “cannabis medicinal”⁸ — autorizada, regulamentada e capturada pelo mercado — e a “maconha” — marginalizada, criminalizada e associada ao risco social. Essa cisão não é natural nem científica, mas profundamente política e ideológica, operando como instrumento de controle sobre as corpos, os territórios e os saberes, especialmente quando vinculados a povos populares, indígenas e periféricos. A emergência das associações de cannabis medicinal no Brasil revela, de forma concreta, caminhos possíveis para a construção de modelos de cuidado que escapam à lógica hegemônica do sistema farmacológico-industrial. Essas associações, organizadas por pacientes, familiares, cultivadores e profissionais comprometidos com a saúde coletiva, surgem como resposta direta à negligência do Estado e à inacessibilidade imposta pelo mercado. Quando o direito à saúde se torna mercadoria, a organização comunitária se converte em estratégia de sobrevivência e, ao mesmo tempo, em prática política de enfrentamento. Nesse cenário, a Maconha deixa de ser apenas uma planta e passa a ser um eixo organizador de redes de cuidado, solidariedade e autonomia. Cultivar coletivamente, produzir óleos, trocar informações sobre dosagens, efeitos e limites da planta são práticas que reafirmam a saúde como processo social. A experiência associativa reposiciona o cuidado no campo do comum, rompendo com a lógica da centralização do saber médico-farmacológico. A maconha, nesse contexto, reinsere o cuidado na vida cotidiana, nos quintais, nas cozinhas, nas feiras, nas fofocas, nos encontros e nas assembleias, devolvendo às comunidades o direito de decidir sobre seus próprios processos terapêuticos. A luta pela Maconha enquanto medicamento expõe, de maneira contundente, as contradições do sistema farmacológico hegemônico. Um sistema que se apresenta como científico e neutro, mas que opera orientado pela lógica do lucro, da patente e da exclusão. Enquanto medicamentos à base de “cannabis” importados alcançam valores inacessíveis à maioria da população, saberes tradicionais e práticas comunitárias seguem criminalizados. O que está em disputa não é apenas a legalidade da planta, mas quem pode produzir conhecimento, quem pode cuidar e quem tem direito à vida digna. Do ponto de vista

⁸ A escolha de não especificar o termo “cannabis medicinal”, fundamenta-se na perspectiva de que a *Cannabis sativa* L. possui, em sua essência, potencial terapêutico intrínseco em suas diversas variedades, e essa ênfase no termo medicinal é construída por fatores políticos e sociais, e não por diferenças botânicas ou farmacológicas fundamentais.

da autonomia, o cultivo associativo representa uma ruptura radical com a dependência farmacológica imposta pelo mercado. Plantar é decidir sobre o próprio tratamento. É conhecer o ciclo da planta, respeitar seus tempos, compreender seus efeitos no corpo e na coletividade. Esse processo educativo transforma pacientes em sujeitos ativos do cuidado, deslocando-os da posição passiva historicamente atribuída pela medicina tradicional. A associação, nesse sentido, torna-se um espaço pedagógico, onde o saber circula, se constrói coletivamente e fortalece vínculos comunitários. É a desobediência civil que garante que o estado cumpra seu dever, de reconhecer que é apenas uma planta, é uma planta com muito poder de cura, das corpos e do solo. Falar de maconha, portanto, é sempre falar de um futuro já tecido no passado; Um futuro que já começou a ser tecido nas margens, nos quintais, nos roçados, nas reuniões associativas, nas trocas silenciosas de quem aprendeu que viver bem, coletivamente, também é um gesto de desobediência. As associações demonstram, na prática, que é possível construir caminhos de cuidado baseados na solidariedade, na autonomia e na partilha, desafiando frontalmente o modelo individualizante e mercantil da saúde. Desfazer a separação imposta entre “cannabis medicinal” e “maconha” é um passo fundamental para compreender o potencial emancipatório dessa planta. Essa distinção serve para manter o controle sobre os usos legítimos da planta, concentrando-os nas mãos de grandes corporações farmacêuticas e excluindo os saberes populares. No entanto, quando compreendida em sua integralidade, a maconha se afirma como potente ferramenta de produção de saúde, renda e autonomia, especialmente em contextos de vulnerabilização social. Uma associação que busca educar, instrumentalizar e tratar a população a partir desse entendimento pode ser profundamente revolucionária.

Entender a maconha como potência e não como risco social já vem sendo feito há décadas no campo científico. Há registros históricos e científicos que demonstram seus usos terapêuticos desde milênios atrás, com relatos que datam de 2737 a.C., atribuídos ao imperador Shen Nung (Pain, 2015; UNIVERSIDADE..., 2025). No Ocidente, em 1839, o médico britânico William O'Shaughnessy publicou estudos descrevendo seus efeitos analgésicos, introduzindo o uso terapêutico da planta na medicina moderna (Russo, 2017). Esses registros evidenciam que a marginalização da maconha não se deu por falta de eficácia, mas por interesses políticos e econômicos. A criminalização da maconha está diretamente relacionada a processos de higienização social, racismo estrutural e controle das corpos. A

construção de estigmas e falácias em torno da planta foi utilizada como ferramenta para perseguir populações negras, indígenas e pobres, historicamente associadas ao seu uso (Barros; Peres, s.d.). Assim, a luta pela maconha é também uma luta antirracista, anticolonial e por justiça social, pois questiona quem tem o direito de acessar, produzir e se beneficiar dos recursos naturais. No campo da agricultura e da agroecologia, a *Cannabis sativa* L. apresenta um vasto potencial ainda pouco explorado no Brasil. Em outros países, o “cânhamo industrial”⁹ já é amplamente utilizado na produção têxtil, na construção civil, na indústria alimentícia e em diversos outros setores. Para além desses usos, a planta se destaca por seu potencial de fitorremediação, sendo capaz de absorver e acumular contaminantes do solo, como metais pesados e radionuclídeos. Casos emblemáticos como Chernobyl e Fukushima demonstraram a capacidade da Maconha de contribuir para a recuperação de solos contaminados, absorvendo elementos como cézio-137 e estrôncio-90 (Plácido; Lee, 2022). Pesquisas também apontam sua eficácia na remoção de metais pesados como cádmio, chumbo, níquel e selênio, evidenciando seu valor como ferramenta agroecológica em processos de recuperação ambiental (Hoseini et al., 2012; Stonehouse et al., 2020; Todde et al., 2022; Testa et al., 2023). Esses dados reforçam a compreensão da maconha como planta estratégica não apenas para a saúde coletiva, mas também para a regeneração dos territórios degradados pelo próprio modelo industrial que hoje a criminaliza, instaurados na monocultura do agronegócio. O crescimento significativo das pesquisas sobre a Maconha, especialmente a partir de 2018, acompanha os processos de legalização e descriminalização em diversos países, como Canadá, Israel, Itália e alguns estados dos Estados Unidos. Esse novo cenário jurídico tem permitido avanços importantes no estudo do manejo da cultura, dos fatores abióticos que influenciam a produção de fitocanabinoides e de seus impactos sociais, agronômicos e industriais (Trancoso et al., 2022). Assim, a maconha se consolida como uma planta-chave para pensar saúde coletiva, agroecologia e autonomia, não como ponto de chegada, mas como perspectiva viva, em constante construção.

⁹ Utilizo o termo entre aspas por entender a diferença dos termos Cânhamo industrial, *Cannabis* medicinal e Maconha é puramente política, todos os termos se referem a mesma planta *Cannabis Sativa* L.

4.1 ERVA DOCE - ACOLHIMENTO E REGULAÇÃO

No âmbito dos Estágios Supervisionados Obrigatórios I e II, tive a oportunidade de vivenciar, de forma concreta, diferentes expressões do movimento associativo da maconha na Paraíba, território que hoje se consolida como referência nacional nesse campo. A escolha por realizar meus estágios nesse estado não foi aleatória, mas motivada pelo reconhecimento histórico e político das associações paraibanas na luta pelo direito ao cultivo e ao acesso à planta. A Paraíba abriga a ABRACE Esperança, primeira associação brasileira autorizada judicialmente a cultivar e dispensar produtos à base de maconha medicinal (MACONHA... 2017), que chegou a concentrar o maior cultivo do país (Forato; Zaramela, 2021), abrindo caminhos jurídicos e sociais fundamentais para as experiências que se seguiram. O Estágio Supervisionado Obrigatório I foi realizado na Associação Cannábica Florescer (ACAFLOR), uma associação mais recente, mas que já ocupa um lugar singular nesse cenário. Organizada desde 2020 e com autorização judicial para cultivo concedida em 2024 (Tribunal de Justiça..., 2024), a ACAFLOR se destaca por ser uma das poucas associações no Brasil autorizadas a dispensar flores de cannabis *in natura* (G1 PB, 2024), além de assumir o compromisso com o cultivo orgânico da planta. Trata-se de uma organização privada sem fins lucrativos que tem como objetivo central democratizar o acesso ao tratamento com maconha medicinal, aliando preços acessíveis, assessoria qualificada e compromisso explícito de “transformação social e reparação social e histórica” (ACAFLOR, [s. d.]4).

Figura 9 - Colheita na ACAFLOR



fonte: Autoria Própria

Nesse espaço, pude acompanhar processos institucionalizados de produção, organização interna, cultivo, propagação, produção dos remédios a partir da planta, compreendendo os desafios e limites impostos pela regulamentação.

A experiência na ACAFLOR evidenciou como a separação arbitrária entre “cannabis medicinal” e “maconha” ainda estrutura e limita as formas de atuação das associações. Na prática, essa divisão obriga as entidades a operarem sob uma lógica de “farmaceutização”, onde a legitimidade da planta só é reconhecida se ela estiver contida em frascos padronizados e respaldada por laudos técnicos rigorosos, distanciando-a de sua origem botânica e popular. Como observado no cotidiano da associação, essa estrutura impõe barreiras burocráticas e jurídicas, como a dependência de salvo-condutos para o cultivo, que operam como um mecanismo de controle sobre as corpos e os territórios.

Figura 10 - Estágio na ACAFLOR

Processo de podas durante ES011



Fonte: Sivaldo Mendes

Essa construção política e ideológica penaliza especialmente os usos que emergem de contextos periféricos, indígenas e camponeses, onde a planta é parte de um saber ancestral que não cabe nas métricas laboratoriais. Ao institucionalizar apenas a “cannabis” (o produto estéril) e criminalizar a “Maconha” (a planta em sua totalidade e cultura), o sistema mantém a exclusão de grupos historicamente

vulnerabilizados. Ainda assim, a ACAFLOR demonstra que, ao ocupar esses marcos regulatórios para garantir o tratamento de seus associados, é possível tensionar o proibicionismo e construir uma práxis que reivindica a planta como ferramenta de autonomia e saúde coletiva.

No Estágio Supervisionado Obrigatório II, realizado na Associação Cannábica Raízes da Parahyba, essa perspectiva se radicaliza. A Raízes se constitui como uma associação de base familiar e comunitária, que articula o cultivo da maconha de forma agroecológica à produção de alimentos que visa serem destinados à própria comunidade. A Raízes opera a partir de vínculos territoriais profundos e de uma compreensão ampliada de saúde coletiva, que integra alimentação saudável, cuidado cotidiano e medicina da Maconha como dimensões indissociáveis.

Durante o período de estágio, participei do processo inicial de implantação do Sistema Agroflorestal (SAF) da associação, vivenciando o manejo prático que integra o cultivo à regeneração do etnoagroecossistema, e a produção de comida. Paralelamente às atividades de campo, pude acompanhar a estruturação dos primeiros passos de um sistema de rastreabilidade das plantas, elemento vital para a organização jurídica e técnica da entidade.

Além disso, acompanhei o manejo, a colheita e o beneficiamento de um ciclo, testemunhando um marco histórico para a associação: a produção dos primeiros óleos de CBD extraídos internamente. A alta qualidade que foi alcançada logo nessas primeiras extrações, é um indicador direto da saúde do cultivo, demonstrando que o cuidado direto com o solo e com as plantas se traduz em uma medicina de alta eficácia e pureza.

Nesse espaço, a agroecologia não aparece apenas como técnica de cultivo, mas como ética organizadora das relações sociais, produtivas e políticas. A Raízes da Parahyba se apresenta como um potente exemplo de autonomia social construída a partir de uma desobediência civil programada, consciente e estrategicamente articulada em complacência com os limites da lei. Um elemento central desse processo de autonomia é a construção coletiva do *Habeas Corpus* (HC), instrumento jurídico fundamental utilizado por associações e cultivadores para garantir o direito ao plantio da maconha para fins medicinais. É importante diferenciar a natureza do HC Individual, que protege o direito de um único paciente para seu autocultivo, do HC Coletivo, que é a grande ferramenta de luta das

associações. O salvo-conduto coletivo visa proteger toda a cadeia produtiva, do cultivo à extração, salvaguardando não apenas o direito à saúde do associado, mas a segurança jurídica das corporas que trabalham na manipulação da planta e a própria existência política da entidade.

No entanto, a legislação e a jurisprudência brasileira impõem barreiras que revelam contradições estruturais: para que o Judiciário reconheça o direito ao cultivo coletivo, a associação precisa demonstrar previamente uma organização interna consolidada. Isso exige comprovar a finalidade terapêutica, a responsabilidade técnica e a ausência de desvio comercial por meio de farta documentação. Na prática, o sistema exige que essas coletividades iniciem a práxis do cuidado e do cultivo em uma situação de vulnerabilidade legal para, somente após provarem a eficácia e a seriedade de seu trabalho, terem seu direito reconhecido. Assim, o HC Coletivo torna-se uma conquista que não apenas garante o remédio, mas valida a autonomia dos povos sobre seus saberes e territórios diante do proibicionismo.

A Raízes da Parahyba, ciente dessas exigências, vem seguindo cuidadosamente os passos legais necessários para a solicitação do *Habeas Corpus*, construindo registros, fortalecendo sua organização interna, articulando assessoria jurídica e construindo de forma responsável, coletiva e transparente. Trata-se de um processo lento, exigente e permeado por incertezas, mas assumido de forma consciente como parte da estratégia de luta e afirmação do direito à saúde. É importante destacar que o *Habeas Corpus*, mesmo quando concedido, possui limitações temporais e condicionantes legais. Ele não garante uma autorização definitiva, podendo exigir renovações periódicas, apresentação de laudos médicos, relatórios técnicos e comprovações constantes da finalidade terapêutica do cultivo. Assim, a autonomia construída permanece tensionada por um sistema legal que reconhece o direito de forma parcial, mantendo associações e cultivadores e pacientes em permanente estado de vigilância e instabilidade jurídica. Ainda assim, os associados da Raízes constroem, no cotidiano, caminhos de saúde autônoma, popular, periférica e comunitária, enfrentando o modelo hegemônico farmacológico não apenas no discurso, mas na prática concreta de plantar, cuidar, compartilhar saberes e produzir alimento e remédio. O cultivo agroecológico da Maconha se articula à produção de alimentos e ao cuidado com o território, reafirmando a saúde como um processo integral que envolve corpo, terra, coletividade e pertencimento. A diferença entre as experiências da ACAFLOR e da Raízes não se coloca como

oposição, mas como expressão da diversidade de estratégias possíveis dentro do movimento canábico brasileiro. Enquanto a ACAFLOR atua tensionando e ocupando os espaços institucionais existentes, buscando reconhecimento formal dentro do aparato jurídico-estatal, a Raízes, além disso, aprofunda a construção de alternativas enraizadas no território, demonstrando que a agroecologia, nesse contexto, é uma ferramenta fundamental para a emancipação, a produção de saúde coletiva e a afirmação de outros modos de viver e cuidar, mesmo diante dos limites e dificuldades impostos pela lei.

5 JUREMA - A FORÇA DOS CAMINHOS E O SENTIDO DOS ENCONTROS

A jurema (*Mimosa tenuiflora*) é uma planta profundamente enraizada nas culturas tradicionais do Nordeste brasileiro, especialmente entre povos indígenas, comunidades quilombolas e religiões de matriz indígena e afro-brasileira. Na medicina popular, a jurema é amplamente reconhecida por suas propriedades cicatrizantes, anti-inflamatórias e antimicrobianas, sendo utilizada no tratamento de feridas, queimaduras, inflamações de pele e dores corporais, geralmente a partir do uso da casca em chás, banhos, emplastros, pomadas e garrafadas.

O enfrentamento ao sistema hegemônico farmacológico, a partir da perspectiva dos povos e comunidades, revela uma dimensão histórica de resistência que antecede, em muito, os debates contemporâneos sobre medicalização. Povos indígenas, comunidades tradicionais, camponesas, quilombolas e periféricas sempre produziram saúde a partir de práticas cotidianas baseadas no uso de plantas medicinais, no cuidado coletivo, na espiritualidade, na alimentação e na relação íntima com o território. Essas práticas, longe de serem residuais ou arcaicas, constituem sistemas complexos de conhecimento, transmitidos entre gerações e profundamente enraizados nos modos de vida.

No entanto, o sistema farmacológico-industrial, ao se consolidar como modelo hegemônico, passou a deslegitimar essas formas de cuidado, classificando-as como “não científicas”, “alternativas” ou, em muitos casos, criminosas. A criminalização das práticas populares de saúde é parte constitutiva desse processo. Plantas, rezas, garrafadas, benzimentos, parteiras, raizeiras e cultivadores foram historicamente perseguidos, silenciados e marginalizados, sobretudo quando pertencentes a territórios racializados.

A maconha é apenas um dos exemplos mais emblemáticos desse movimento: uma planta amplamente utilizada em diferentes culturas para fins medicinais e rituais foi transformada em símbolo de perigo social, justificando políticas de encarceramento, violência estatal e controle dos corpos (Barros; Peres, s.d.).

Esse mesmo sistema que criminaliza os usos populares é o que, posteriormente, se apropria desses conhecimentos, ressignificando-os sob a lógica da indústria e do mercado. Essa apropriação se materializa de forma contundente na captura de saberes tradicionais pelo complexo farmacêutico. Conhecimentos construídos coletivamente, a partir da observação da natureza e da experiência

empírica, são extraídos de seus contextos sociais e territoriais, isolados em princípios ativos, submetidos a processos laboratoriais e, por fim, transformados em patentes.

O que antes era comum passa a ser propriedade privada. O que era cuidado compartilhado se converte em produto. Esse movimento não apenas gera lucro para grandes corporações, mas também cria dependência, ao retirar das comunidades a autonomia sobre seus próprios insumos terapêuticos e impor a mediação do mercado como condição para o acesso à saúde. Nesse sentido, as experiências comunitárias e associativas, como as que envolvem o cultivo e o uso da Maconha, configuram-se como práticas de enfrentamento direto a esse sistema.

Ao reafirmar o direito de plantar, preparar e compartilhar seus próprios remédios, povos e comunidades rompem com a lógica da expropriação do saber e da vida. Trata-se de um gesto político que devolve centralidade às práticas de saúde populares, reconhecendo-as como legítimas, eficazes e fundamentais para a reprodução da vida. Mais do que resistir, essas iniciativas apontam para a construção de outro paradigma de saúde já construído no passado, baseado na autonomia, na solidariedade e no reconhecimento dos saberes historicamente invisibilizados e criminalizados.

Encerrar este memorial é reconhecer que os caminhos trilhados ao longo da formação não apenas produziram experiências, mas construíram conhecimento e ciência. Uma ciência que nasce do território, do corpo em movimento, da escuta e da prática coletiva, e que, muitas vezes, é deslegitimada pela academia hegemônica por não se enquadrar nos seus critérios de validação.

A agroecologia, tal como vivenciada nesse percurso, evidencia que há múltiplas formas de produzir saber científico, e que os conhecimentos populares, tradicionais e comunitários não são “pré-científicos” ou “inferiores”, mas portadores de rigor, método e historicidade próprios. O curso, ao tensionar essas fronteiras, contribui para deslocar a centralidade do saber acadêmico tradicional e reconhecer outras epistemologias como fundamentais para a compreensão da realidade.

Os encontros, nesse sentido, não se configuram como momentos acessórios da formação, mas como método. É no encontro entre diferentes sujeitos, saberes, corpos e territórios que o conhecimento se constrói de forma situada e comprometida com a transformação social. Cada vivência, estágio, feira, associação e território acessado revelou que aprender agroecologia é aprender a ler o mundo a

partir da complexidade da vida real, onde saúde, cultura, produção de alimentos, cuidado e política se entrelaçam. Essa construção coletiva do saber desafia a fragmentação do conhecimento e reafirma que a ciência que emerge dos territórios é profundamente relacional, ética e implicada com a vida.

Nesse percurso, torna-se evidente que nossa principal ferramenta somos nós mesmos. São as corpas que escutam, que sentem, que trabalham a terra, que cuidam, que erram e que aprendem. A formação em agroecologia, atravessada pela educação popular e pela luta por saúde coletiva, exige presença, responsabilidade e práxis. Não se trata de aplicar técnicas de forma neutra, mas de construir processos junto com os sujeitos dos territórios, reconhecendo que cada relação estabelecida é também produtora de conhecimento. O “sentido dos encontros” reside justamente nessa capacidade de produzir ciência a partir da vida, do cotidiano e da experiência compartilhada.

A Jurema, aqui, aparece como planta de conexão, como lembrança de que os caminhos se cruzam, se entrelaçam e se fortalecem no encontro. Assim como suas raízes conectam diferentes camadas do solo, os trajetos percorridos ao longo dessa formação conectam pessoas, saberes e lutas que não se encerram neste memorial. O que se conclui não é um ciclo fechado, mas a afirmação de um compromisso ético-político: seguir construindo conhecimento com os territórios, reconhecendo que a ciência que transforma nasce do encontro, da coletividade e da coragem de afirmar que outros modos de saber, cuidar e existir são não apenas possíveis, mas necessários, e nunca deixaram de ser feitos.

Saio da universidade e desse processo formativo profundamente atravessada e fortalecida pelos encontros, aprendizagens e relações que me constituíram ao longo desses anos. Carrego comigo uma teia que já me antecedia, mas que o curso permitiu ampliar, adensar, conectando-me a territórios, coletivos, agricultores, artesãs, associações e experiências que moldaram minha forma de compreender a agroecologia como prática de vida. Nesse percurso, fui me construindo não apenas a partir dos conteúdos acadêmicos, mas sobretudo pelas vivências, pelos trabalhos coletivos, pelas feiras, pelos estágios, pelas fofocas e pelas lutas em torno da saúde, da autonomia e do cuidado com a terra e com as corpas.

Saio como uma profissional agroecóloga popular em formação contínua, mais consciente das contradições que atravessam nossos sistemas de produção e

de saúde, mas também mais confiante na potência dos saberes comunitários, da educação popular e das estratégias coletivas de resistência e criação. Levo comigo uma ética de trabalho enraizada no território, no diálogo e na solidariedade, entendendo que minha atuação como agroecóloga se faz sempre em relação, junto às pessoas, às plantas e aos caminhos que continuam a se abrir diante de mim.

REFERÊNCIAS

ACAFLOR. **Quem somos**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://acaflor.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

APOINME [@apoinme_brasil]. [24º ASSEMBLEIA DO...]Instagram. [S.l.], 18 mai. 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C7IEvFNPhrY/?img_index=7&igsh=MWlmaDhsMjVwZzVnOQ%3D%3D . Acesso em: 26 jan. 2026.

BARROS, André; PERES, Marta. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas. **Revista Periferia**, [S. l.], v. 3, n. 2, [s.d.]. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281691350> Proibicao_da_maconha_no_Brasil_e_suas_raizes_historicas. Acesso em: 29 jul. 2025.

FORATO, Fidel; ZARAMELA, Luciana (Ed.). Conheça a história da maior plantação legal de cannabis medicinal do Brasil. In: **Canaltech**, 12 ago. 2021. Disponível em: <https://canaltech.com.br/saude/esta-e-a-maior-plantacao-legal-de-cannabis-medicina-l-no-brasil-191927/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

G1 PB. Justiça autoriza associação paraibana a fornecer flor de cannabis para tratamentos medicinais. **G1 PB**, João Pessoa, 1 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2024/03/01/justica-autoriza-associacao-paraiba-a-fornecer-flor-de-cannabis-para-tratamentos-medicinais.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2026.

MACONHA medicinal. [vídeo]. *Profissão Repórter*. [S. l.]: Globoplay, 18 out. 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5988013/>. Acesso em: 23 jan. 2026.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Entre el árbol y el bosque**. [S. l.]: Biodiversidad LA, 18 jul. 2007. Palestra proferida na mesa-redonda "Frente al despojo capitalista, la defensa de la tierra y el territorio", Cidade do México, 17 jul. 2007. Disponível em: https://www.biodiversidadla.org/Articulos/Entre_el_arbol_y_el_bosque. Subcomandante Insurgente Marcos. Acesso em: 23 jan. 2026.

PAIN, Stephanie. A potted history. **Nature**, [S. l.], v. 525, n. 7570, p. S10-S11, 24 set. 2015. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/525S10a>. Acesso em: 23 jan. 2026.

PLACIDO, Dante F.; LEE, Charles C. Potential of industrial hemp for phytoremediation of heavy metals. **Plants**, Basel, v. 11, n. 3, p. 2-3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/plants11050595>. Acesso em: 28 jul. 2025.

RUSSO, Ethan B. History of Cannabis as Medicine: Nineteenth Century Irish Physicians and Correlations of Their Observations to Modern Research. In: CHANDRA, S. et al. (eds.). **Cannabis sativa L. Botany and Biotechnology**. [S. l.]:

Springer International Publishing AG, 2017. cap. 2. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/318018462>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora / Piseagrama, 2023.

SEYED HOSEINI, Parisa et al. Ability of phytoremediation for absorption of strontium and cesium from soils using *Cannabis sativa*. **International Journal of Environmental Health Engineering**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 17, fev. 2012. Disponível em:

<http://www.ijehe.org/article.asp?issn=2277-9183;year=2012;volume=1;issue=2;spage=17;epage=17;aulast=HoseiniPS>. Acesso em: 29 jul. 2025.

STONEHOUSE, Gavin C. et al. Selenium Metabolism in Hemp (*Cannabis sativa* L.)—Potential for Phytoremediation and Biofortification. **Environmental Science & Technology**, [S. l.], v. 54, n. 7, p. 4221-4230, 2020. Disponível em: <https://pubs.acs.org/doi/10.1021/acs.est.9b06822>. Acesso em: 29 jul. 2025.

TEIA DOS POVOS [@teiadospovos]. [A Rede de Capoeiristas da...]. **Instagram**. [S.l.], 5 fev 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DFsUKrZRdlh/?igsh=OHJ1cWwydGQ5eHNm> . Acesso em: 26 jan. 2026.

TEIA DOS POVOS [@teiadospovos]. [A VIII Jornada...]. **Instagram**. [S.l.], 30 jan 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DFbyDFERi1_/?igsh=OHBpbXp3dG8xenY2 . Acesso em: 26 jan. 2026.

TESTA, Giorgio et al. Phytoremediation of Cadmium-, Lead-, and Nickel-Polluted Soils by Industrial Hemp. **Agronomy**, Basel, v. 13, n. 995, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/agronomy13040995>. Acesso em: 29 jul. 2025.

TODDE, Giuseppe et al. Industrial hemp (*Cannabis sativa* L.) for phytoremediation: Energy and environmental life cycle assessment of using contaminated biomass as an energy resource. **Sustainable Energy Technologies and Assessments**, [S. l.], v. 52, 102081, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.seta.2022.102081>. Acesso em: 29 jul. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA (TJPB). Câmara Criminal concede HC a associados da ACAFLOR para cultivo e uso de produtos da *cannabis*. **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA (TJPB)**, João Pessoa, 05 mar. 2024. Disponível em: <https://www.tjpb.jus.br/noticia/camara-criminal-concede-hc-a-associados-da-acaflor-para-cultivo-e-uso-de-produtos-da>. Acesso em: 28 jun. 2025.

UNIVERSIDADE DE SYDNEY. History of *cannabis*. Sydney: **Lambert Initiative for Cannabinoid Therapeutics**, 2025. Disponível em: <https://www.sydney.edu.au/lambert/medicinal-cannabis/history-of-cannabis.html>. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Agroecologia**. 2023, p. 11, 41.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

BACHARELADO EM AGROECOLOGIA

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO
DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Solicitamos a sua autorização para utilizar a sua imagem para compor o texto do trabalho de conclusão de curso (Memorial) do Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Este trabalho (Memorial) é de responsabilidade da estudante **Raissa Andrade Lemos**, com endereço eletrônico **raissalemos713@gmail.com** e telefone para contato **[inserir telefone]**, sob orientação de **Júlia Figueredo Benzaquen**, com endereço eletrônico **julia.benzaquen@ufrpe.br** e telefone para contato **[inserir telefone]**.

Em caso de dúvidas a respeito, entrar em contato com os/as responsáveis pelo trabalho.

__ de ____ de 20__.

**Assinatura da(o) Autorizante / Assinatura da(o) responsável se autorizante for
menor de 18 anos**

Nome Completo:

CPF:

Assinatura da Estudante:
